

Câmara retira prisão em 2ª instância do pacote anticrime

O grupo de trabalho criado na Câmara para analisar o projeto apresentado pelo ministro Sérgio Moro (Justiça) com medidas anticorrupção decidiu ontem, por 7 votos a 6, retirar a prisão após condenação em segunda instância do pacote anticrime. Embora tenha sido modificado pelo grupo de trabalho – composto por 16 deputados –, o projeto ainda precisará ser analisado pelas comissões temáticas e pelos plenários da Câmara e do Senado. A próxima etapa é o projeto ser analisado em uma comissão especial, que ainda tem que ser criada. O grupo de trabalho coordenado pela deputada Margarete Coelho (PP-PI) não é uma comissão legislativa e tem apenas caráter consultivo. O deputado Capitão Augusto (PSL-SP) é o relator que irá elaborar o parecer final do projeto de lei. TV Globo e G1 — Brasília



Foto: Valter Pontes/SecomPMS



ACM NETO anunciou ontem as mudanças no seu secretariado. A alteração política mais relevante foi a saída do deputado Léo Prates, que trocou a Sempre pela Secretaria de Saúde

pensamento de que deveria fazer essas mudanças. Até lá, eu posso vir a fazer, mas acho que a equipe está completa", pontuou.

Na Secretaria de Saúde, Leo Prates terá o desafio de aumentar a cobertura da atenção básica em Salvador. Na semana passada, o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, criticou e disse que a prefeitura soteropolitana precisa fazer uma "revolução" neste quesito. "Acho que, ao longo dos anos, se fez alguma coisa, mas estamos muito longe do que precisa ser feito. A cidade de Salvador é muito pobre, é grande, nós temos mais de 85% da população dependente do sistema público de saúde. É uma cidade com relevo complicado, com dificuldade de mobilidade urbana e, consequentemente, dificuldade de acesso ao sistema de saúde. Isso se reflete em números, em indicadores de saúde. Temos uma baixa taxa de pré-natal, já que as mulheres gestantes não fazem as consultas", declarou.

ACM Neto muda secretariado e nomeia Léo Prates na Saúde

RODRIGO DANIEL SILVA REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciou, ontem, as mudanças no seu secretariado. A alteração mais relevante foi a saída do deputado estadual Léo Prates (DEM) da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) a fim de migrar para a pomposa Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Além disto, Neto colocou o então titular da Saúde, Luiz Galvão, na Secretaria das Prefeituras-bairro, que estava sob batuta de Ana Paula Matos. Ela foi para a Sempre, pasta que foi subsecre-

tária quando era comandada por Bruno Reis (DEM).

A ida de Prates para Saúde foi vista por alguns aliados como uma articulação política do prefeito para tentar fortalecer o democrata. O parlamentar licenciado tem alimentado o sonho, nos bastidores, de ser o candidato de ACM Neto à sucessão em 2020, apesar de o vice-prefeito Bruno Reis ser considerado o postulante natural do grupo. Neste cenário, Léo Prates tem sido apontado como um possível nome para compor a chapa governista com vice.

Ontem, o chefe do Palácio Thomé de Souza negou que as mudanças tenham viés eleitoral. "Não tomo nenhuma decisão focado em eleição. Quando assumi a prefeitura em 2013, que eu

tinha a perspectiva de me reeleger quatro anos depois, eu juntei a minha equipe e disse: 'ninguém vai pensar aqui em eleição'. Eleição é consequência de trabalho. Eu penso assim. Se a gente chegar com bom trabalho, bem avaliado, a cidade percebendo que estamos trabalhando corretamente, nós vamos ter força no processo eleitoral. Qualquer que seja o candidato escolhido pelo meu grupo político. Coisa que vai acontecer provavelmente no final deste ano. Até lá, é foco exclusivo em trabalhar pela cidade", declarou, em entrevista à imprensa.

Neto disse que Prates tem um estilo diferente de Luiz Galvão. "Leo é um cara que tem uma maior ambiência no mundo políti-

co. O que não quer dizer que Luiz não tenha uma relação. Ele tem, mas só que Leo é mandatário, é deputado e foi vereador", pontuou. O prefeito não descartou fazer novas mudanças no secretariado. Ressaltou que, em abril do próximo ano, secretários vão se afastar por causa da eleição. É o caso de Cláudio Tinoco (DEM) da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult) e Rogéria Santos (DEM) da Secretaria de Po-

líticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), que são vereadores e candidatos naturais à reeleição. "Já disse e acho importante repetir que, até o dia 31 de dezembro de 2020, caberá a mim fazer as escolhas da minha equipe. Nunca transfiro nem delego essa responsabilidade. A decisão por essa mudança agora não veio de nenhuma demanda política, de nenhuma questão partidária. Veio exclusivamente de um

LDO e ISS devem ser votados próxima semana na Câmara

GERALDO JÚNIOR reforçou o compromisso de votar o projeto de lei que isenta as empresas de ônibus da capital baiana do ISS



HENRIQUE BRINCO REPÓRTER

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD), reforçou o compromisso em votar o projeto de lei que isenta as empresas de ônibus da capital baiana do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), para que a tarifa não chegue a R\$ 4,12. O chefe do Legislativo soteropolitano lembrou que na votação da semana passada, a matéria iria para apreciação por sua vontade, mas o líder governista, Paulo Magalhães Júnior (PV), preferiu não colocar em pau-

ta. O projeto, agora, deve ser votado ainda antes do recesso. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 também tende a ser votada na próxima semana.

Na segunda-feira, o prefeito ACM Neto (DEM) foi categórico ao afirmar que Salvador não terá coletivos novos se a isenção não for aprovada. "Aprovação do ISS significa R\$ 0,12 de tarifa, se ele não for aprovado, a tarifa aumentará R\$ 0,12. Ai os vereadores vão fazer a opção: dar o subsídio indireto ou aumentar a tarifa ou não tem ônibus novo na cidade. Os ônibus já estão comprados, inclusive. Entre os dias 20 e 23, eu vou fazer a entrega de ônibus novos. Só que, se o projeto for rejeitado e não houver aumento de tarifa, não pode ter ônibus novo porque os empresários não vão ter condições de pagar o financiamento dos veículos", afirmou o democrata. "Eu nunca ouvi dizer que oposição vota contra isenção de imposto. Eu já fui oposição 10 anos no Parlamento e sempre votei a favor desse tipo de redução e cobrança. Derrubamos a CPMF, por exemplo. Então, a prefeitura quer reduzir imposto e o pessoal tenta encontrar o que falar", completou.

O prefeito disse confiar na condução do presidente da Casa, que saberá o me-

lhor momento para colocar o projeto em votação. "Realmente, eu não consigo entender, mas tenho conversado com o presidente Geraldo Júnior, confio na condução dele e sei que ele vai julgar o melhor momento para colocar o projeto em votação". Ontem, Geraldo comentou a declaração de Neto. "Realmente tenho conversado com o prefeito ACM Neto e falamos da importância desse projeto para garantir o valor da tarifa atual. Assim como eu, todos os vereadores têm compromisso com a cidade e não faremos nada que prejudique o nosso povo", ressaltou Geraldo Júnior.

Câmara aprova texto-base de projeto que estabelece regras para vaquejada

POR GUSTAVO GARCIA E FÁBIO AMATO, G1 — BRASÍLIA

Em meio às negociações para votar a proposta de reforma da Previdência, a Câmara dos Deputados aprovou ontem (9), por 402 votos a 34, o texto-base de um projeto que estabelece algumas regras para o bem-estar animal na prática da vaquejada. A discussão e votação da proposta antecedeu o início dos debates sobre a reforma da Previdência. Para concluir a análise do projeto, deputados ainda precisam apreciar destaques (propostas de alterações ao texto original)

apresentados. Após a apreciação dos destaques, a proposta será enviada para sanção presidencial.

A votação do projeto gerou discussões acaloradas no plenário da Câmara entre defensores das vaquejadas e dos rodeios e parlamentares que condenam as duas práticas que envolvem animais. Na vaquejada, um boi é solto em uma pista e dois vaqueiros, montados em cavalos, tentam derrubar o animal pelo rabo. O texto-base aprovado pelos deputados prevê que serão aprovados regulamentos específicos para o rodeio, a vaquejada, o laço e

outras modalidades esportivas equestres por suas respectivas associações ou entidades legais reconhecidas pelo Ministério da Agricultura.

A proposta reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais, e elevados à condição de "bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro". Em 2017, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar a vaquejada inconstitucional, o Congresso Nacional promulgou uma emenda à Constituição que viabilizou a prática



DEPUTADOS preveem condições para garantir o bem-estar dos animais. Análise do projeto gerou discussões acaloradas no plenário da Câmara

da atividade no país. No ano anterior, os parlamentares já haviam aprovado uma lei que tornou a vaquejada manifestação cultural.

Pela proposta aprovada, os regulamentos

específicos para a prática do rodeio, do laço, da vaquejada e de outras modalidades deverão estabelecer regras que assegurem a proteção ao bem-estar animal e previnam sanções para os casos de

descumprimento. Se a proposta for sancionada, passarão a ser consideradas modalidades esportivas equestres tradicionais, entre outras, as atividades de adestramento, polo equestre e cavalgada.

"Se Moro cometeu algum erro, terá valido a pena para salvar Brasil"

BBC NEWS BRASIL EM LONDRES

JOÃO DORIA diz que não deixa de apoiar Moro, mesmo que o conteúdo vazado tenha sua veracidade comprovada



O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), é bastante enfático ao defender a atuação de Sérgio Moro, ministro da Justiça e da Segurança Pública, como juiz federal responsável pelos casos da Operação Lava Jato em Curitiba. O hoje ministro tem sido alvo de questionamentos e críticas depois que o site The Intercept Brasil publicou uma série de mensagens privadas atribuídas a ele e a procuradores da força-tarefa, nas quais orienta investi-

gadores a mudar ordens de fases da investigação, incluir provas e vazar delações.

Sobre o teor do material divulgado, Doria afirma que não deixa de apoiar Moro mesmo que o conteúdo tenha sua veracidade comprovada. "Tenho grande respeito pelo ministro e pelo ex-juiz Sérgio Moro. E acho que, se algum erro foi cometido - isso ainda precisa ser apurado, dado que até o presente momento o vazamento desses áudios não são legais -, entendo que, mesmo assim, o benefício daquilo que foi feito pela Operação Lava Jato para salvar o Brasil da corrupção e de um

extenso período que prejudicou milhões de brasileiros e assaltou os cofres públicos faz com que eu mantenha meu respeito por Sérgio Moro", disse à BBC News Brasil em Londres, onde se reuniu com investidores.

Questionado se as ações de Moro teriam valido a pena, caso os diálogos sejam reais, Doria afirma: "Na minha visão, sim". Ao longo da entrevista, Doria também falou sobre seus planos para a próxima eleição presidencial ("é hora de gestão, não é hora de eleição") e criticou o mecanismo de reeleição no Brasil, ao comentar a possibilidade

aventada pelo presidente Jair Bolsonaro para 2022. "Todos os governadores e presidentes que foram reeleitos não cumpriram em seu segundo mandato uma tarefa melhor do que cumpriram em seu primeiro mandato. A instituição da reeleição é legítima, democrática, mas no Brasil ela não costuma funcionar bem". "Mais paz no PSL vai ajudar o governo a viver em paz também". Apesar dos problemas de diálogo entre Executivo e o Legislativo, na opinião de Doria houve um entendimento entre os envolvidos e a reforma da Previdência será aprovada pelo Congresso até setembro.